

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-04-01

Deposited version:

Post-print

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Almeida, M. A. P. de (2002). Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes. In Amorim, Inês (Ed.), *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*. (pp. 229-253). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Almeida, M. A. P. de (2002). Classificações ocupacionais em meio rural: abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes. In Amorim, Inês (Ed.), *Qualificações, Memórias e Identidades do Trabalho*. (pp. 229-253). Lisboa: Instituto do Emprego e Formação Profissional.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

***Classificações ocupacionais em meio rural:
abordagem inicial do concelho de Avis a partir de algumas fontes***

Por: Maria Antónia de Figueiredo Pires de Almeida

Introdução:

Esta comunicação tem o objectivo de apresentar resumidamente alguns dos principais temas desenvolvidos no âmbito do projecto PACO – Projecto de Análise e Classificação de Ocupações, mais precisamente na área das classificações ocupacionais em meio rural. Tendo sempre em vista que o objectivo final deste projecto é a elaboração de um dicionário de termo profissionais utilizados em meio rural, a consulta das várias fontes permitiu algumas recolhas intensivas de grupos de indivíduos. As listas elaboradas e a construção das respectivas bases de dados possibilitaram, considerando sempre a especificidade de cada fonte, retratar alguns momentos da sociedade rural e descrever percursos sócio-profissionais dos grupos mais significativos.

O trabalho realizado integra-se nos pontos 2 e 4 das linhas temáticas deste seminário: *Divisão sexual do trabalho e Mobilidade social e classificações ocupacionais*. No entanto, ao tema da mobilidade social acrescenta-se a evolução das próprias classificações ocupacionais ao longo do período estudado. Isto permite avaliar algumas evoluções sócio-profissionais e tecnológicas, resultantes de movimentos políticos, sociais, económicos e demográficos mais amplos.

Os limites geográfico e cronológico estabelecidos nesta área do projecto abrangem todo o Alto Alentejo, desde o século XVII a meados do século XX. Como exemplo do trabalho desenvolvido, apresentamos neste texto os dados recolhidos no concelho de Avis.

1. Apresentação das fontes:

As fontes consultadas e analisadas até agora no Arquivo de Avis incluem: Recenseamentos eleitorais, Livros de décimas¹, Livros de Arrolamentos de pessoas para a construção de estradas, Livros de Doentes do hospital da Misericórdia. Além destas fontes institucionais, neste trabalho assumiram grande importância os livros de algumas lavouras particulares, tanto no concelho de Avis, como em concelhos vizinhos, e a recolha de fontes orais (ver quadro I).

Outras fontes estão ainda a ser tratadas a localmente (Registos paroquiais²) e a nível nacional, como os recenseamentos gerais da população, estatísticas agrícolas e outras. Quanto à bibliografia sobre o meio rural, salienta-se a obra de José da Silva Picão³, utilizada e citada pela maior parte dos autores das Ciências Sociais que durante todo este século se dedicaram a este tema. É o caso das obras fundamentais *O voo do arado* e *a Alfaia agrícola portuguesa*⁴, as quais apresentam um retrato muito completo da realidade agrícola portuguesa, descrevendo as respectivas ocupações ao pormenor e incluindo a lavoura alentejana a partir do referido autor.

Entre a bibliografia consultada, igualmente importantes foram os trabalhos de Leite de Vasconcelos e a consulta dos dicionários de Bluteau, Viterbo, Morais e Cândido de Figueiredo.

Para cada uma destas fontes foi necessário estabelecer critérios específicos. Os diversos livros encontrados nos arquivos possibilitam retratos de conjunto a nível de

¹ Os livros de décimas de Avis vão de 1690 a 1836. O imposto da Décima, ou Décima Militar foi criado pela lei de 5 de Setembro de 1641 para fazer face às despesas mais urgentes que o Governo de D. João IV enfrentou após a Restauração. Este imposto consistiu numa contribuição geral sobre a propriedade: “as décimas de todas as fazendas, não se exceptuando género algum de pessoa, que deixasse de contribuir a dez por cento, de qualquer fazenda de que fosse senhor...”. A reforma fiscal de Mouzinho da Silveira em 1832 substituiu a décima por novas modalidades de contribuições. Ver R.A.T. – “Décima”, in *DHP*, vol. II, pp. 274 – 275 e ainda FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207..

² Esta fonte ainda não foi recolhida na sua totalidade e o tratamento do material recolhido ainda não foi iniciado, por isso não se pode nesta fase tirar quaisquer conclusões. No entanto, como nota de curiosidade, já podemos afirmar que uma grande percentagem de padrinhos das crianças baptizadas no concelho de Avis no século XVIII tinham como padrinhos os eclesiásticos locais, especialmente os freires do convento de Avis, o que é significativo do peso que este grupo tinha nas elites locais. Entre este grupo, destacam-se as seguintes denominações (1729-1733): Beneficiado, Reverendo Cônego, Conventual, Reverendo Frei, Reverendo Padre, Vigário da Vara.

³ PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

freguesia e de concelho, cada um apontando para um grupo. Por exemplo, os livros do recenseamento eleitoral e das décimas possibilitam claramente uma descrição do grupo das elites, principalmente as elites fundiárias locais, uma vez que se baseiam em critérios de rendimento e de habilitações académicas.

No extremo oposto, os livros dos doentes do Hospital da Misericórdia permitiram a construção de um autêntico rol de categorias referidas como ocupacionais, mas que estão basicamente ligadas à ausência de profissão, reveladas pelas classificações de pobre, indigente, pedinte e outras que não se encontram em qualquer das outras fontes. Além destas, aqui encontramos também as categorias ocupacionais ligadas à marginalidade, como *presos na cadeia*, alguns *contrabandistas* e mesmo *ladrões*.

Por uma questão de hábitos culturais, a incidência dos grupos mais desfavorecidos nas listas de doentes deste hospital em meados do séc. XIX (os primeiros registos são de 1847) é muito marcante, uma vez que esta instituição assumia características de refúgio dos indivíduos sem possibilidades económicas de serem atendidos em casa por pessoal especializado, no fundo os mais desprotegidos da sociedade.

São raros os proprietários e mesmo os seareiros, uma categoria hierarquicamente superior ao simples trabalhador rural indiferenciado. Algumas excepções dignas de nota incluem casos de professores, os quais, por maior prestígio local que pudessem alcançar, não passavam de funcionários mal pagos e geralmente originários de outras localidades (havia um de Elvas, outro de Lisboa), viúvos e de idade avançada, portanto sem acompanhamento familiar.

Também o tempo de estadia no hospital é significativo da condição económica do doente: os mendigos e vagabundos passam lá maiores temporadas do que os trabalhadores, e o número de vezes que cada indivíduo é internado condiz também com esta realidade.

A recolha do elemento feminino é uma das principais vantagens desta fonte. Raro em todas as outras, a partir de 1900 começa aqui a ganhar uma presença

⁴ BRITO, Joaquim Pais e BAPTISTA, Fernando Oliveira (coords.) – *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 1996 e OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995.

marcante. Entre as mulheres, como com os homens, o grupo das *mendigas*, *indigente* e, sobretudo, *sem profissão* é o maior entre as ocupações encontradas. As trabalhadoras rurais só começam a ter significado a partir da 2ª metade da década de 30 deste século (ver quadro XI). Isto é revelador da maior presença da mão-de-obra feminina nos trabalhos rurais, incentivada pelas campanhas do trigo. E a grande subida é de facto já na segunda metade da década de 50. Estes dados condizem com o que vários autores descrevem do movimento para o pleno emprego feminino no Alentejo na época em que os homens começaram a sair para a emigração, para outros trabalhos (neste concelho houve obras de construção de uma barragem, pontes e 2 fábricas no final dos anos 50) e, na década seguinte, para a Guerra Colonial. Esta fonte infelizmente acaba em 1956 (o arquivo de Avis não tem mais livros de admissão de doentes a partir desta data), mas no último ano o número de trabalhadoras rurais fica muito próximo do número de domésticas, que tinham constituído uma clara maioria até então.

Salienta-se que é neste período que começa a ser muito flagrante o tipo de “doença” que leva as mulheres ao hospital: o aborto, tanto em mulheres solteiras, como casadas e numa clara maioria de trabalhadoras rurais⁵.

As fontes institucionais apresentam na maioria dos casos um leque de profissões limitado, de características generalizantes e muito influenciado pelos critérios do escrivão que recolheu os dados em cada freguesia ou em cada situação. Esta situação é nítida nos recenseamentos eleitorais, nos quais há casos, em pleno século XX, em que os trabalhadores rurais são referidos em massa como *Jornaleiro* numa freguesia, enquanto na freguesia vizinha são maioritariamente *Trabalhador*. O mesmo se passa nos livros da Misericórdia, nos quais a mudança da caligrafia é acompanhada pela mudança de designação ocupacional⁶.

⁵ A relação entre a saída das mulheres de casa para o trabalho do campo pode estar ligada com o aumento do número de abortos, mas isto também pode significar simplesmente uma mudança de mentalidades que leva as mulheres a dirigirem-se ao hospital quando em risco de vida provocado por um aborto previamente realizado em casa. Este tema merecia um aprofundamento que incluiria um levantamento de fontes orais. Enquanto este trabalho não se realiza de forma séria e sistemática, podemos ler o resumo do movimento legislativo apresentado por PALLA, Maria Antónia – “Aborto”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, volume VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 20 – 21.

⁶ As grafias encontradas também variam por critérios muito subjectivos, como por exemplo o caso de um dos escrivães do livro da Misericórdia ser claramente disléxico. Também no livro de décimas de 1690 abundam os *proqueiros* que cuidam dos *procos*!

Se nestas fontes as classificações ocupacionais ligadas aos trabalhos rurais se limitam quase exclusivamente aos trabalhadores indiferenciados, outras fontes revelaram uma enorme riqueza, como foi o caso dos livros de contas de algumas casas agrícolas. Tal como nos descreve Picão, a diversidade de produtos da lavoura alentejana leva à existência de inúmeros trabalhos especializados, cuja incidência varia ao longo do ano. Assim, um trabalhador eventual, descrito como *jornaleiro* ou simplesmente *trabalhador* noutra fonte, tanto podia ser contratado para a apanha da azeitona, como para fazer as covas para plantar novas árvores. A classificação ocupacional correspondente a cada uma destas tarefas podia incluir o *cavador*, ou *cavador de enxada*, o *semeador*, o *ceifeiro* e até o *meleiro* (o mel era um dos mais importantes produtos da lavoura alentejana ainda no início deste século⁷), mas tinham um carácter temporário, usado apenas na estação ou até na semana em que o trabalho correspondente se realizava.

Por outro lado, os trabalhadores fixos encontrados nos livros de contabilidade analisados (os chamados *Criados justos* ou simplesmente *Justos*) apresentam uma maior gama de especializações, sobretudo as relacionadas com o gado. Neste grupo o trabalhador indiferenciado tinha a denominação de *ganhão* e podia exercer as funções mais variadas, desde *embelgador* e *semeador*, a ajudar os *boieiros* e os *abegões* quando era necessário. Como definiu uma das fontes orais, eram “pau para toda a obra”, além do facto de receberem a parte mais significativa do seu salário em géneros (*comedorias*).

Estes livros permitiram descrever a composição e evolução das respectivas casas agrícolas, um trabalho já realizado a fundo por autores como Hélder Fonseca e Conceição Andrade Martins em casos específicos de grandes empresários agrícolas alentejanos do séc. XIX. Infelizmente, os exemplos para o séc. XX ainda são muito raros. Salienta-se também o caso do “lavrador setecentista” de Montemor-o-Novo, estudado por Jorge Fonseca⁸.

⁷ O mel era parte integrante da lavoura alentejana: já no início do séc. XVIII se encontram referências, como por ex. em FONSECA, Jorge – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, p. 130.

⁸ FONSECA, Jorge – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almansor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 127 – 151.

Apesar da riqueza das fontes e bibliografia consultas, as fontes orais em meio rural ainda se revelam preciosas para o entendimento de grande parte duma realidade desconhecida nas cidades. O trabalho de recolha de entrevistas e até mesmo de conversas informais permitiram não só o esclarecimento dos significados de categorias actualmente já em desuso como o enquadramento de classificações antigas em actividades ainda hoje frequentes. Estas situações podem ser entendidas com os seguintes exemplos:

Em primeiro lugar o termo *Abegão*, usado pela última vez em 1931 (nas fontes consultadas) e explicado em vários dicionários. Significa um empregado justo da lavoura, encarregado da manutenção dos carros e alfaias agrícolas, acumulando por vezes as funções de *maioral de bois* e *carpinteiro*. O facto deste indivíduo dirigir os trabalhos agrícolas realizados com carros de bovinos ou muares⁹, faz com que seja várias vezes associado ao *feitor* ou encarregado geral da lavoura. A certeza de que este termo se aplica a um criado da casa agrícola e não a um trabalhador independente vem do facto de estar sempre associado a uma lavoura com salários pagos ao ano (*concertado* e com *comedorias*) e, nas décimas, fazer parte do rol de criados a quem o lavrador paga o *maneio*, residindo na herdade, ao contrário dos trabalhadores rurais ou dos artesãos que pagavam os seus próprios impostos sobre o trabalho e residiam nas vilas. Por outro lado, as fontes orais permitiram um alargamento do conceito e a percepção das diferenças regionais que as classificações profissionais sofrem: enquanto em Avis e Arraiolos o abegão é imediatamente identificado com o carpinteiro, em Óbidos o Abegão era um trabalhador independente, dono de uma Abegoaria e numa lavoura do concelho de Avis exercia funções de feitor “que pagava aos homes”!

Como exemplo do enquadramento de classificações antigas em actividades ainda hoje frequentes, podemos estudar a figura encontrada nos livros de décimas e que assumia a forma de “quem disfruta o montado” ou “o senhorio disfruta os altos”, complementado pelo rendeiro que “traz de renda as terras” (diferente do rendeiro que “traz de renda a herdade”, que arrenda tudo). Após longas conversas com lavradores locais, e em conjugação com a análise das fontes escritas, chegou-se à conclusão que isto se enquadra na eterna discussão sobre a lavoura dos cereais e a criação de gado no

Alentejo, discutida desde o século XVIII nos mais variados círculos. As fontes consultadas no concelho de Avis permitiram tirar as seguintes ilações:

1. Até meados do séc. XIX, a lavoura do concelho de Avis caracterizava-se por uma maioria de terras na posse de grandes proprietários absentistas que arrendavam as terras a grandes rendeiros. Estes tiveram uma evolução para a situação de proprietários na segunda metade do séc. XIX, passando a constituir a parte mais importante das elites locais¹⁰. Paralelamente à figura do rendeiro das terras, outra pessoa arrendava os frutos das árvores existentes na respectiva herdade. Estes frutos do montado alentejano eram constituídos por uma enorme série de produtos, desde a lenha, carvão e cortiça (valorizada sobretudo a partir do início do séc. XX, mas com utilização na indústria local de fabricação de tarros, os antecessores dos actuais termos) até à alimentação para os diversos tipos de gado, sobretudo os gados suíno, que se alimentava de bolotas (do azinheiro) e landes (do sobreiro), e caprino, que come tudo, “até paus”¹¹.
2. Os impostos pagos por cada uma destas figuras revelou a importância que cada um destes produtos assumia no conjunto da lavoura alentejana, mais precisamente em algumas freguesias do concelho de Avis mais marcadas pela presença do montado de azinho e sobreiro. O tão célebre e utópico “Celeiro de Portugal” revelou-se, neste concelho, uma zona de criação de gado por excelência na qual o rendimento do trabalho no montado era consideravelmente superior ao dos cereais. Para ilustrar esta afirmação temos os referidos livros de décimas, nos quais alguns lavradores rendeiros têm impostos sobre o seu *maneio* (trabalho) muito mais baixos que os seus vizinhos que desfrutam o montado da mesma herdade. Por exemplo, em 1778 há 10 casos destes, os quais comparados com os 148 lavradores parece insignificante. No entanto, o lavrador da Herdade da Barba Torta, na freguesia de St^a. Margarida, actual Aldeia Velha, vem referido como

⁹ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995, pp. 103-104.

¹⁰ Ver ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

¹¹ Segundo as tão animadas fontes orais.

“quem lavrar a herdade” e paga “de seu maneyo” \$400. Na mesma herdade, “quem desfruitar os montados” paga, pelos seus lucros, 2\$000.

3. Há ainda um outro “que disfruta os matos” e que, voltando à importância das fontes orais, provocou acesas discussões sobre a alimentação e a hierarquia dos vários tipos de gado que povoavam os montados. Aparentemente (e isto constituiu novidade para as pessoas da cidade envolvidas neste trabalho e que ignoravam em absoluto estas particularidades dos trabalhos agrícolas), após a ceifa, ou a “assefa”!, os campos ficam cobertos de palhas, às quais se chama o *restolho*. Ficam também na terra algumas sementes que se perdem. O lavrador, que já acabou o seu trabalho, geralmente vende este restolho a um criador de gado que para lá leva os seus animais, obedecendo a uma hierarquia rígida: primeiro os bois, depois as cabras, e por fim as ovelhas, que “vão à migalha”. Este criador de gado pode assim engordar os seus animais e, pelos vistos, não faz mais que seguir o exemplo do seu antepassado. Isto revela-se útil também ao proprietário das terras, o qual fica com as suas terras limpas, prevenindo os incêndios, ao mesmo tempo que, com o estrume que os animais depositam, prepara a terra para a próxima sementeira.

2. Retratos de uma sociedade rural:

Depois da descrição muito resumida das fontes usadas, passamos à evolução das categorias ocupacionais encontradas e a sua ligação com os temas da *Divisão sexual do trabalho* e da *Mobilidade social*. Para tal apresentamos os referidos retratos de alguns momentos da sociedade rural analisada e tentamos descrever os percursos sócio-profissionais dos seus grupos mais significativos.

O concelho de Avis encontra-se no Distrito de Portalegre e é caracterizado por uma marcada diversidade paisagística, o que resulta em tipos de lavoura diferenciados. Em consequência, as actividades profissionais dos seus habitantes apresentam uma variedade correspondente às exigências da base económica da respectiva freguesia. Assim, enquanto na sede do concelho a propriedade é marcadamente dispersa e dividida, com uma grande quantidade de hortas, ferragiais,

tapadas e courelas, algumas freguesias, sobretudo as mais distantes do centro, apresentam uma forte concentração da propriedade fundiária. Este fenómeno está relacionado com a existência de água, sob a forma de ribeiras (nos anos 50 deste século barragens) que irrigavam as referidas hortas, as quais abasteciam as vilas, enquanto as freguesias mais distantes são mais propensas às culturas de sequeiro e têm as características mais típicas do montado mediterrânico. Como nota de curiosidade, algumas hortas da freguesia de Avis tinham rendimentos superiores a herdades de grandes dimensões situadas nas freguesias periféricas¹², o que se explica facilmente pelo alto consumo que a maior densidade populacional de uma vila exigia, em comparação com uma aldeia ou um monte.

Como se espera de uma sede de concelho, a freguesia de Avis apresenta o maior número de classificações profissionais. Enquanto a freguesia do Maranhão, por exemplo nos recenseamentos eleitorais, se resume a um conjunto de proprietários, rendeiros e trabalhadores rurais, aos quais se acrescentam um padre, um professor e pouco mais, as vilas de Avis, Ervedal e Benavila, com a maior densidade populacional, apresentam uma enorme variedade de profissões sobretudo ligadas aos serviços, ao comércio e ao artesanato. Este conjunto de actividades encontradas interessa para o este projecto, uma vez que um dos objectivos é a recolha de profissões em meio rural e não apenas profissões rurais. Poder-se-á, assim, tentar uma reconstituição da sociedade rural alentejana em todos os seus aspectos, não esquecendo, no entanto, que a base da vida económica e política local era de facto a agricultura e a pecuária. Interessante também é a distinção entre as profissões mais encontradas em “meio urbano” (as vilas, se é que podem ser assim consideradas) e nos montes e aldeias. Por exemplo os trabalhadores indiferenciados residem maioritariamente nas vilas até aos anos 70 do século XX, enquanto os trabalhadores justos têm a sua morada nos montes das herdades onde trabalham.

Isto pode ser verificado no quadro II, com a distinção de vila e termo aplicada à distribuição das profissões encontradas. O livro de Décimas de 1690 apresenta-nos uma sociedade local constituída por 44% de lavradores rendeiros, 22% de trabalhadores indiferenciados (*de seu maneio*) e 12% de trabalhadores fixos das herdades ligados aos gados. E ainda 4% de hortelãos. Esta fonte não nos permite

¹² Livros de Décimas de Avis, 1778 e 1836.

resultados estatísticos muito completos para a caracterização da sociedade em causa, mas permite verificar que nos finais do século XVII Avis tinha uma sociedade marcada por uma forte presença de pequenos e grandes lavradores que trabalham as terras de grandes proprietários. Este grupo não é homogéneo, apresentando grandes diferenças entre os níveis de rendimento dos seus elementos e também entre o número de criados a quem pagavam *maneios*: enquanto alguns pagavam décimas por várias herdades e *maneios* de vários justos, outros pagam apenas por uma herdade ou courela e não têm criados, o que significa que trabalhavam eles próprios a terra.

A análise do grupo dos artesãos permite tentar compreender a evolução das técnicas e mesmo do tipo de lavoura que se fazia. É curioso que o grupo dominante era o dos *Sapateiros*¹³, em todas as fontes e durante todo o período estudado. Uma explicação possível para esta realidade pode encontrar-se no facto de grande parte dos trabalhadores rurais eventuais não residir nas herdades e se deslocar a pé para o trabalho. Esta categoria é seguida pelos grupos dos *Carpinteiros* e *Ferreiros*, elementos essenciais para a construção e reparação dos carros de tracção animal usados na lavoura. Na evolução temporal destas profissões, constatamos que a introdução dos primeiros *Mecânicos* e dos *Tractoristas* em 1950¹⁴ é revelador da data da introdução deste tipo de veículo na agricultura Avisense, acompanhado pela diminuição das percentagens de carpinteiros, ferreiros e sobretudo ferradores (para calçar ou ferrar as bestas de tracção). Isto não implica que anteriormente não houvesse algum tipo de mecanização na agricultura do concelho: segundo várias fontes, houve de facto a introdução de um número reduzido de debulhadoras fixas na segunda década do século XX. No entanto, a falta de profissões ligadas ao funcionamento e reparação destas máquinas pode indiciar que estas eram operadas por trabalhadores indiferenciados e seriam reparadas por mecânicos exteriores, provavelmente pertencentes a empresas representantes das mesmas, mas com sede na capital do distrito ou mesmo em Lisboa.

¹³ Também Jorge Fonseca (*op. cit.*) chega aos mesmos resultados em Montemo-o-Novo.

¹⁴ Lavoura do Monte Padrão, Figueira e Barros, Avis, seguido dos livros do recenseamento eleitoral. A introdução da mecanização é acompanhada do desaparecimento dos carreiros, arrieiros e mulateiros, todos ligados à condução de carros de tracção animal. No entanto, o grande número de boieiros e mulateiros encontrados no Hospital da Misericórdia entre 1924 e 1956 revela uma muito incipiente mecanização da agricultura. No concelho de Avis há notícia de 1 ou 2 debulhadoras, mas que nesta altura ainda eram fixas e eram deslocadas com a ajuda de bois. Também se pode analisar a diminuição e posterior desaparecimento do serviço da monda ou da desmoita, realizado geralmente por mulheres, e que foi substituído pelos químicos.

Quanto aos serviços, verifica-se o predomínio dos funcionários do concelho e de algumas figuras de destaque em profissões de prestígio local como o Médico, o Bacharel, o Professor, o Boticário, mais tarde Farmacêutico, contudo com uma representação estatística muito reduzida. O clero tem também uma posição importante, não só no antigo regime, como nos finais do séc. XIX. A presença dos frades do convento de Avis nos livros de décimas é muito significativa. Mais tarde verifica-se a presença constante de padres em quase todas as freguesias. Curiosamente, a sede do concelho esteve a maior parte do século XX sem pároco¹⁵.

Face a esta diversidade profissional encontrada, podemos analisar o Quadro I e verificar que neste momento já apurámos 1.436 classificações profissionais em meio rural, as quais constituem objecto de um dicionário em elaboração. Neste, além da tentativa de definição dos vocábulos ou expressões, estão a ser registadas as várias grafias encontradas ao longo do período estudado e as respectivas fontes. Das classificações apuradas, 580, ou 40,4%, são classificações ligadas directamente à agricultura e pecuária, enquanto as restantes dizem respeito a indústria e serviços. No entanto, esta fronteira é difícil de estabelecer, pois muitas destas 59,6% classificações profissionais também estão ligadas às profissões rurais, devido ao meio em que se encontram. É o caso, por exemplo, do carpinteiro, integrado no sector secundário, mas que em meio rural em estudo é muitas vezes um empregado fixo de uma lavoura, pela sua função de consertar os carros de trabalho.

Para a referida tentativa de caracterização da sociedade local podemos analisar os quadros III a VIII e notar a permanência duma maioria de trabalhadores rurais nos conjuntos apurados. Essa clara maioria ultrapassa os 50% em praticamente todas as fontes, seguida da categoria dos proprietários / lavradores e dos artesãos. Isto confirma a grande concentração da lavoura nas mãos de um grupo reduzido, que se traduz em 22% de lavradores em 1778, 17% em 1865-68 (lavradores + proprietários), 14% em 1900 e 1941 e 19% em 1964.

¹⁵ Estas personagens constituem uma parte importante das elites locais, cujo estudo foi desenvolvido pela autora na *op. cit.* A questão da existência ou não de padre tem a ver com o tema da religiosidade local, também abordada pela autora e tendo em conta trabalhos como o de REZOLA, Maria Inácia – “Breve panorama da situação da Igreja e da religião católica em Portugal (1930 - 1960)”, in ROSAS, Fernando – *Portugal e o Estado Novo (1930 – 1960)*, in *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e Oliveira Marques, vol. XII, Editorial Presença, 1992, pp. 222 - 255.

A escolha das datas para a elaboração dos quadros está ligada às possibilidades oferecidas por cada fonte consultada. Como já se disse, os livros de décimas apresentam uma incidência maior sobre os prédios a serem colectados. No entanto, o livro de 1778 tem a particularidade de apresentar nas últimas páginas uma listagem de todos os *Maneios* pagos pela população local, excluindo os proprietários das terras, geralmente absentistas e que tinham sido registados até à exaustão nas páginas anteriores. Esta lista aproxima-se assim dum levantamento exaustivo de todos os indivíduos que exercem algum tipo de trabalho nesse ano no concelho. O resultado obtido é o retrato de uma sociedade que já em finais do séc. XVIII era fortemente marcada pela presença da mão-de-obra assalariada, com 53% de trabalhadores, os quais, por sua vez, se dividem em 51% de trabalhadores eventuais e 49% de trabalhadores fixos.

A análise do grupo dos trabalhadores fixos em 1778 (quadro IV) possibilita a obtenção de mais uma prova de que a criação de gado tinha um lugar importante na lavoura do concelho de Avis. Tendo em conta que os bois de trabalho eram usados para a lavoura da terra propriamente dita, o facto dos boieiros e respectivos ajudas constituírem 29% da mão-de-obra fixa local é significativo de que já se realizava alguma preparação da terra para o cultivo dos cereais. No entanto, os diversos pastores e maioraes de gado, sobretudo cabreiros e porqueiros, alcançavam uma percentagem de 53% dos justos, o que mostra a importância da criação dos gados caprino e suíno. Esta fonte revelou ainda o fenómeno, confirmado e amplamente descrito pelas fontes orais¹⁶, das enormes hierarquias que se verificavam em meio rural. Na lista dos criados da lavoura aos quais o lavrador pagava o *Maneiro*, a ordenação é de forma decrescente segundo o critério do valor pago: boieiro, porqueiro, cabreiro (maneios mais altos), seguidos do pastor, ajuda, zagal e ganhão (este último geralmente com o valor zero). Salienta-se que nem os caseiros¹⁷ nem os

¹⁶ Que se manifestavam por exemplo na ordem de entrada no “monte” no final do dia de trabalho até ao tratamento dispensado de uns para outros.

¹⁷ A análise dos livros, sobretudo o de 1836 levou à conclusão de que ser caseiro não é propriamente uma profissão, mas um local de residência, pois alguns, além de serem caseiros na herdade referida, isto é, morar nas casas da herdade, tinham outras profissões, por vezes até noutras herdades. Isto sugere a seguinte situação: o caseiro tinha a função de tomar conta das casas do monte, principalmente da casa do proprietário, na qual este se instalava durante as suas estadias no local, geralmente para caçadas. Isto era perfeitamente independente do rendeiro, apesar de partilharem o espaço físico da herdade. Ver também Picão, *op. cit.*, p. 25-26.

hortelãos eram justos porque pagavam o seu próprio maneio, independentemente do lavrador.

O quadro V tem origem nos Livros de Arrolamento de Pessoas para a Construção de Estradas (anos 1865 – 1868). Os resultados não diferem muito do século anterior, com a novidade da presença dos *seareiros* (10%), um grupo de importância crescente neste período.

Para o século XX, a fonte local utilizada foi o Recenseamento eleitoral. Em 1900 (quadro VI), os critérios de acesso ao estatuto de eleitor excluía a maior parte da população, o que nos dá uma imagem certamente adulterada da realidade local. O código eleitoral de 1913 excluiu o critério do rendimento, mas manteve o critério de saber ler e escrever. Isto permitiu um alargamento da população em causa, mas não abrangeu ainda o elemento feminino, nem uma parte muito significativa da população rural, nesta época maioritariamente analfabeta. Em 1933, o direito ao voto foi finalmente permitido às mulheres, mas com restrições tais que tornaram este grupo insignificante no universo em estudo¹⁸.

3. Divisão sexual do trabalho, percursos sócio-profissionais e mobilidade social:

Como se sabia, o peso das mulheres na maioria das fontes escritas é quase nulo, o que torna muito difícil a construção de uma imagem correcta sobre a divisão sexual do trabalho. Os livros de décimas apresentam percentagens muito baixas de mulheres, sobretudo na condição de proprietárias de casas e de herdades, inquilinas e lavradoras¹⁹. O mesmo se passa nos recenseamentos eleitorais: ainda em 1964 apenas 6% dos eleitores eram do sexo feminino. Como foi dito, os livros dos doentes do hospital da Misericórdia são a única fonte que nos possibilita alguma ideia da entrada em força das mulheres no trabalho rural sobretudo no final dos anos 30, como se pode ver na série de gráficos do quadro XI e que indicia uma transição das mulheres da casa para os campos.

¹⁸ Ver código eleitoral de 3/7/1913 e Decreto-lei nº 23.406 de 27/12/1933. Neste último, as mulheres obtiveram o direito ao voto desde que tivessem o curso especial do ensino secundário ou um curso superior. Os homens analfabetos também passaram a poder votar desde que pagassem impostos acima de um certo montante.

¹⁹ Por exemplo o livro de 1836 apresenta apenas 9% de mulheres, que se dividem nas categorias apresentadas no quadro IX.

No entanto, a conjugação das fontes apuradas, incluindo as fontes orais, permite-nos entender uma divisão sexual do trabalho muito acentuada. A clara maioria das profissões rurais no Alentejo é exclusivamente masculina. Sobretudo nas profissões ligadas ao gado, pode afirmar-se que é praticamente impossível encontrar uma mulher. Não encontrámos, tanto no Alto como no Baixo Alentejo, qualquer cabreira, pastora, vaqueira ou porqueira.

Entre as elites femininas, algumas *lavradoras* e *proprietárias* destacam-se do conjunto, em raros casos de viúvas ou senhoras com lavoura independente dos maridos ou irmãos²⁰. Encontram-se também algumas *comerciantes*, *tendeiras*, *professoras* e *enfermeiras* no concelho de Avis, além de 2 ou 3 *funcionárias* da Câmara Municipal ou dos Correios e Telégrafos. No entanto, a grande maioria é composta por *Domésticas*, as chamadas “*do governo da casa*” e outras, e ainda as lavadeiras e criadas.

Quanto às trabalhadoras rurais, desempenhavam maioritariamente tarefas temporárias e sazonais, as quais incluíam a apanha da azeitona e do tomate e outros legumes, como grãos, etc. Participavam na monda e, mais raramente, na ceifa. No resto do ano, estas trabalhadoras eventuais trabalhavam “a dias” nas casas das elites, sobretudo em grandes limpezas e caianças, complementando o trabalho das criadas permanentes.

Para o resumo de alguns percursos sócio-profissionais e mobilidade social, além dos exemplos já apresentados ao longo do texto, saliento a evolução dos seguintes grupos ocupacionais no concelho de Avis:

Seareiros e *Jornaleiros*: a fonte usada foi o recenseamento eleitoral. Estes dois tipos de trabalhador independente pertencem a níveis hierárquicos diferentes, uma vez que o jornaleiro vende apenas a sua força de trabalho e é pago ao dia, sem qualquer vínculo com o patrão. O seareiro, por seu lado, já possui algumas ferramentas e quando trabalha a terra sabe que parte das colheitas lhe pertence (geralmente pagava 1/3 ou 1/4 ao proprietário). É a evolução natural do *singeleiro* e do *carreiro*, aquele que trabalha com uma junta de bois, geralmente sua, e aluga a sua força e o seu carro de trabalho ou trabalha uma terra em regime de parceria. Em 1900 (ver quadro VI) os

²⁰ Para uma descrição da vida, percurso e sociabilidades das mulheres da elite de Avis, ver ALMEIDA, Maria Antónia – *op. cit.*

seareiros estão no seu apogeu, constituindo 27% dos eleitores, o que encontra a sua explicação, não só na falta de representação dos jornaleiros, mas também na tão publicitada “heróica arroteia da charneca alentejana”²¹, resultado das leis proteccionistas²² dos finais do séc. XIX. As campanhas do trigo dos anos 30 tiveram o efeito de quase aniquilar este grupo, ao mesmo tempo que provocaram o aumento da proletarianização da lavoura alentejana. No quadro VII podemos ver que em 1941 os trabalhadores rurais tinham subido para 58% enquanto os seareiros tinham descido para 7%, o que indicia a passagem de grande parte dos seareiros à categoria de trabalhadores rurais, enquanto outros conseguiram ascender a categorias como rendeiros e mesmo proprietários.

Alguns, segundo a evolução natural dos seus antepassados *Carreiros* e *Mulateiros*, passaram à categoria de *Alugadores de Máquinas*, tão activa e poderosa nos anos 60 e 70, e com papel significativo no período da Reforma Agrária²³.

Curiosa também de analisar é a evolução dos *tendeiros* para a condição de *logistas* e mais tarde *comerciantes*²⁴ e a respectiva ascensão de estatuto social. Ao longo desta recolha foi possível apurar vários exemplos de percursos individuais e familiares, maioritariamente acompanhados de ascensão social, mas que serão desenvolvidos noutra ocasião.

Outra figura importante na lavoura alentejana é o *Ratinho*²⁵, o trabalhador migrante que se deslocava ao Alentejo em ranchos vindos do norte e principalmente das Beiras para realizar os trabalhos sazonais. Esses trabalhadores não se encontram nas fontes institucionais apuradas, pois pagavam os seus impostos e recenseavam-se

²¹ Expressão usada em várias obras e revistas dos anos 30, como a *Expansão Portuguesa*.

²² Ver REIS, Jaime – “A «Lei da Fome»: as origens do protecționismo cerealífero (1889 - 1914)”, in BARROS, Afonso (coord.) - *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Seminário realizado em Dezembro de 1979, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, Oeiras, 1980, pp. 97 - 161.

²³ Recolhemos alguns destes percursos nas entrevistas realizadas no concelho de Avis. A sucessão destes casos levou alguns ao abandono da agricultura, mas outros permanecem, tendo alcançado no início dos anos 80 o estatuto de rendeiro e mesmo de pequeno proprietário. Para uma definição das variedades de Seareiro existentes no distrito de Évora em 1975, ver FERREIRA, Vítor Matias – *Da Reconquista da Terra à Reforma Agrária (as ocupações de terras na Alentejo)*, A Regra do Jogo, Lisboa, 1977, pp. 130-132.

²⁴ Estas situações já foram descritas pela autora na *op. cit.*

²⁵ Estes ratinhos eram frequentemente encontrados no Hospital da Misericórdia, como aliás é comentado na *Alfaia Agrícola Portuguesa (op. cit.)*, p. 115, ao descrever a dureza do trabalho dos ratinhos, que enchiam os hospitais no período das ceifas.

nas suas terras de origem. Estes grupos flutuantes tinham um peso fundamental na economia local, mas cujos resultados não podem ser contabilizados.

Para finalizar, podemos também referir os *Lavradores*, no fundo a base da economia alentejana por dominarem a propriedade e o trabalho da terra e, conseqüentemente, toda a actividade económica. As suas classificações incluem os termos *lavrador*, *rendeiro*, *proprietário* e *agricultor*, conceitos que têm por vezes uma fluidez parecida com a do *jornaleiro* e o *trabalhador rural*. Porém, a sua utilização sofre uma evolução que acompanha mobilidades sociais, mas também atitudes políticas. Os lavradores “que fabricam” herdades em 1836 (tanto as suas como as “trazem de renda”) são os grandes “Proprietários” do final do mesmo século e até meados do séc. XX. Quando chegamos ao período de 1974/75 e às convulsões revolucionárias que precederam a Reforma Agrária no Alentejo, estes passam a auto-denominar-se *Agricultores*, numa afirmação de actividade profissional não encontrada na anterior designação apenas associada à posse da terra. Simultaneamente, as forças políticas opostas usavam as classificações de *agrários* e *latifundiários*. Nos anos 90, o fenómeno do turismo de habitação em espaço rural transformou alguns destes *Lavradores* em *Estalajadeiros*, em complementaridade com as suas novas denominações de *Jovens Agricultores* e *Empresários Agrícolas*²⁶.

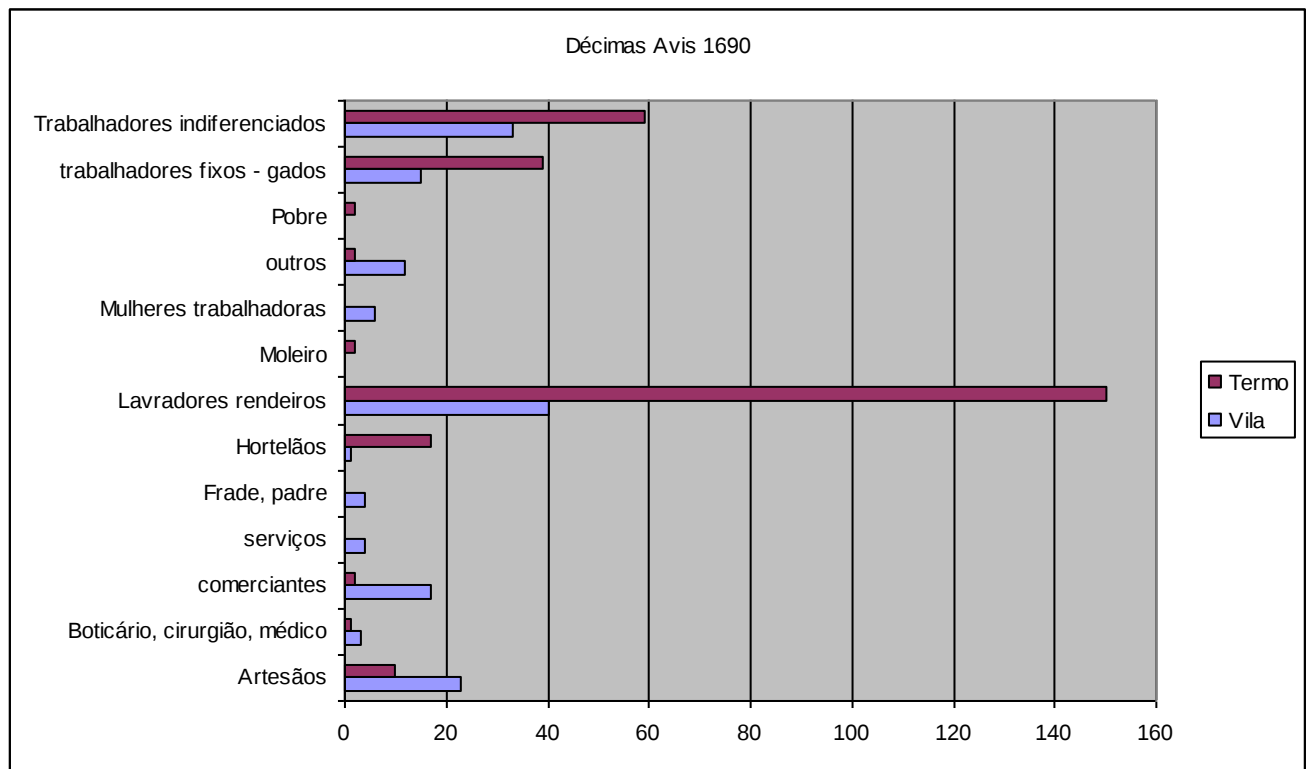
²⁶ A categoria de “Jovem Agricultor” foi introduzida pelo Decreto-Lei nº 513-E/79, de 24-12-1979: Define o regime de instalação do Jovem Agricultor e foi ratificado pela Lei nº 42/80. Quanto aos estalajadeiros dos anos 90, por vezes acumulam com as funções de Guias Turísticos. Toda a legislação sobre o turismo em espaço rural foi desenvolvida por JOAQUIM, Graça – *Turismo e Ambiente: complementaridade e responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana, orientada pelo Prof. Doutor Afonso de Barros, ISCTE, Lisboa, 1994.

ANEXO

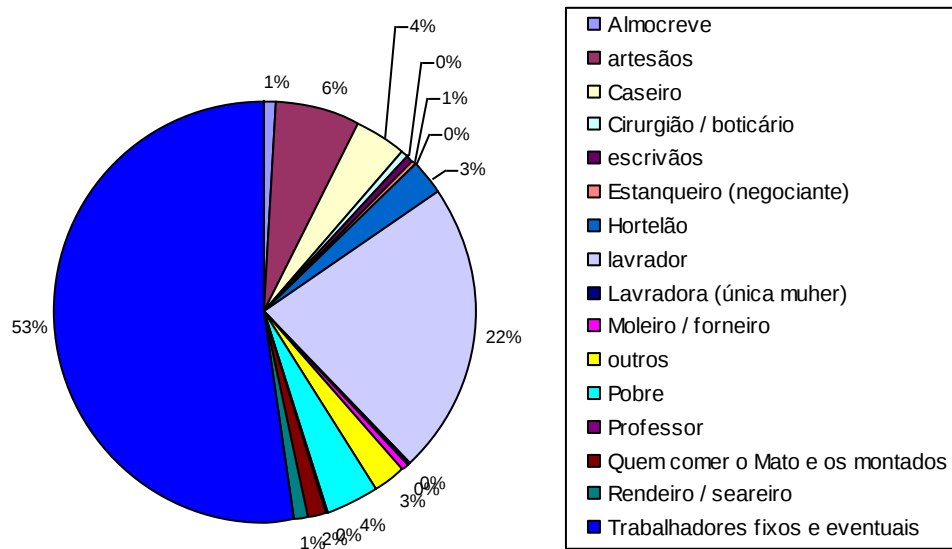
Quadro I - Fontes

FONTES:	Período	Localização	Total de classificações	Homens	Mulheres
Total	1269-1970		1.436	1.305	278
Casa do Barão de Almeirim	1918-1932	Almeirim	23	23	0
Contabilidade de Manuel Lopes Azevedo, rendeiro da herdade da Fonte Ferreira	1915-1919	Avis	75	72	3
Estradas (livro do arrolamento de pessoas para a construção de)	1865-1868	Avis	66	65	1
Listas de indivíduos do concelho de Avis que prestaram serviço na Câmara Municipal	1970	Avis	23	22	1
Livros de actas da comissão de recenseamento e recrutamento dos militares	1888-1926	Avis	6	6	0
Livros de Décimas	1690-1836	Avis	206	193	13
Livros de Doentes do Hospital da Santa Casa da Misericórdia	1847-1956	Avis	216	173	43
Recenseamento eleitoral	1842-1964	Avis	260	242	18
Figueira. Comenda da Ordem de Avis – Publicação de Fontes	1269-1527	Figueira e Barros, Avis	39	34	5
Monte Padrão	1938-1961	Figueira e Barros, Avis	69	62	7
Mercês de D. Teodósio II, Casa de Bragança, índices	1583 – 1630	Vila Viçosa	145	137	8
Mercês de D. Teodósio II, Casa de Bragança, Relação dos cargos, ofícios e títulos	1583 – 1630	Vila Viçosa	240	230	10
Censo da População de Portugal	1911	Lisboa	12	12	12
Censo da População de Portugal	1930	Lisboa	34	34	34
Estatísticas Agrícolas e Alimentares, INE	1968	Lisboa	27	24	3
Estatísticas Agrícolas e Alimentares, INE	1975	Lisboa	27	24	3
Estatísticas Agrícolas e Alimentares, INE	1979	Lisboa	27	24	3
Recenseamento Geral da População	1940	Lisboa	369	344	127
Recenseamento Geral da População	1960	Lisboa	249	246	172

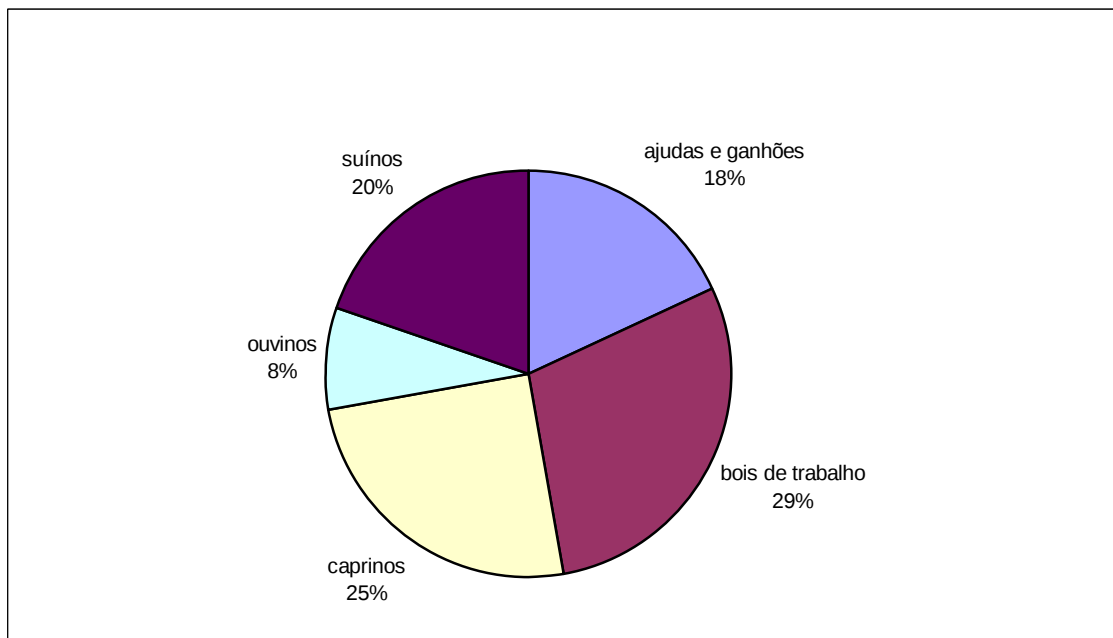
Quadro II – Décimas de Avis, 1690



Quadro III – Décimas de Avis, 1778 (Lista de Maneios)

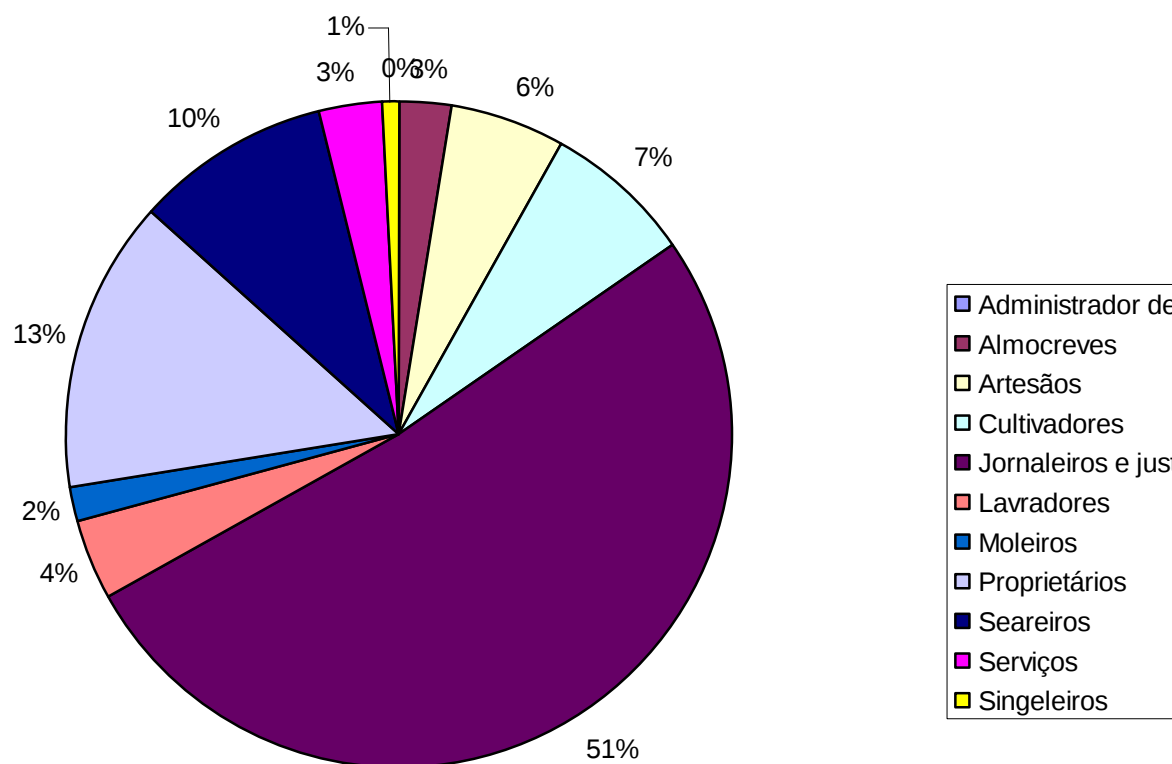


Quadro IV – Justos 1778: divisão dos criados da lavoura pelo gado que guardavam

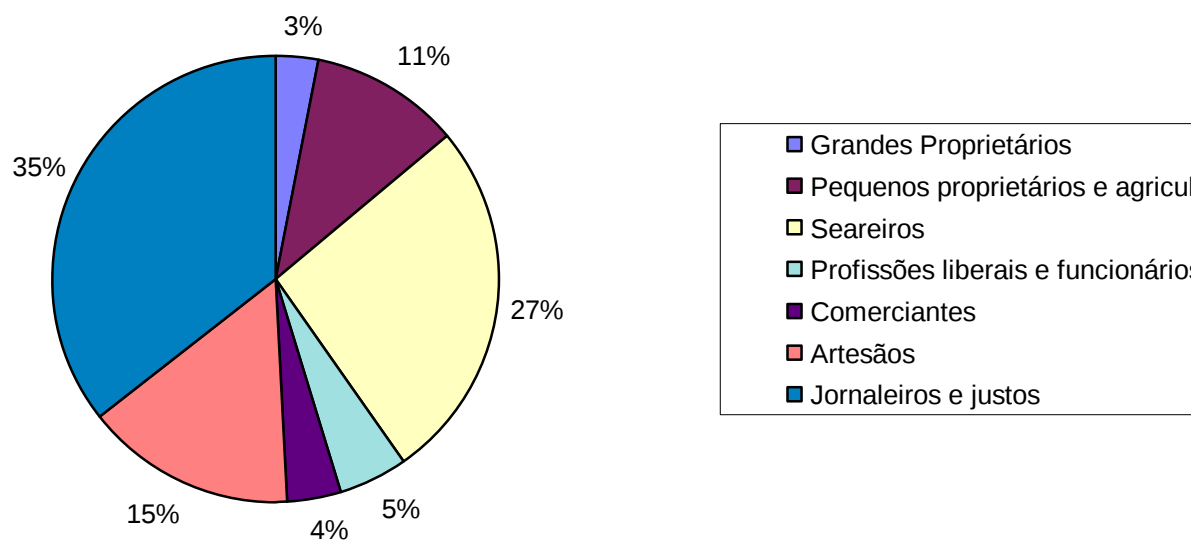


**Quadro V – Livros de Arrolamento de Pessoas para a Construção de Estradas,
1865 – 1868**

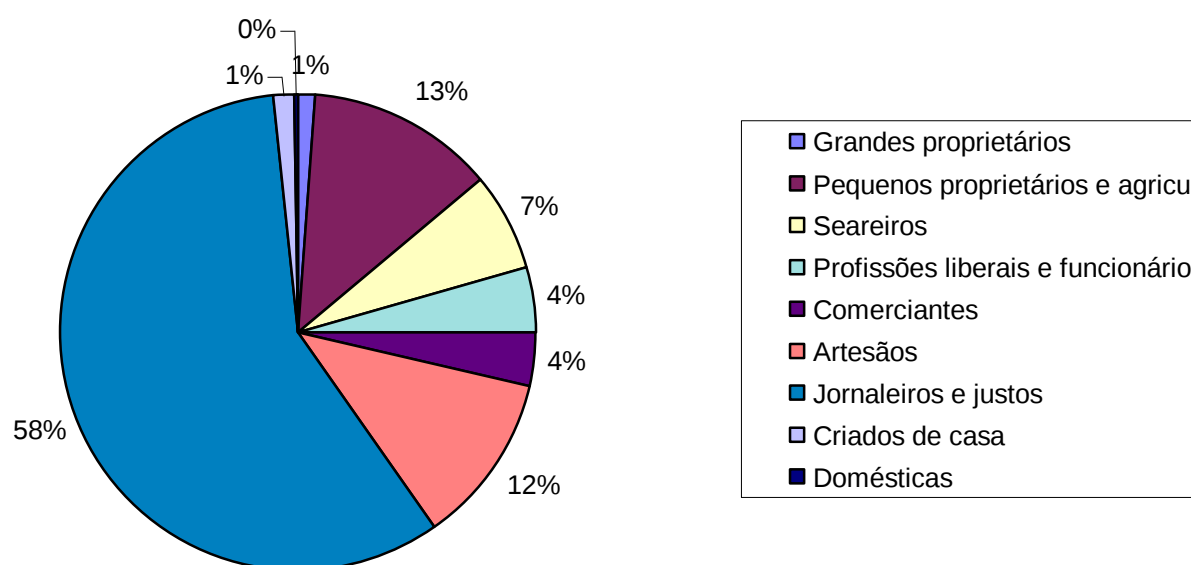
Estradas - Resumo das profissões encontradas



Quadro VI – Recenseamento eleitoral de 1900

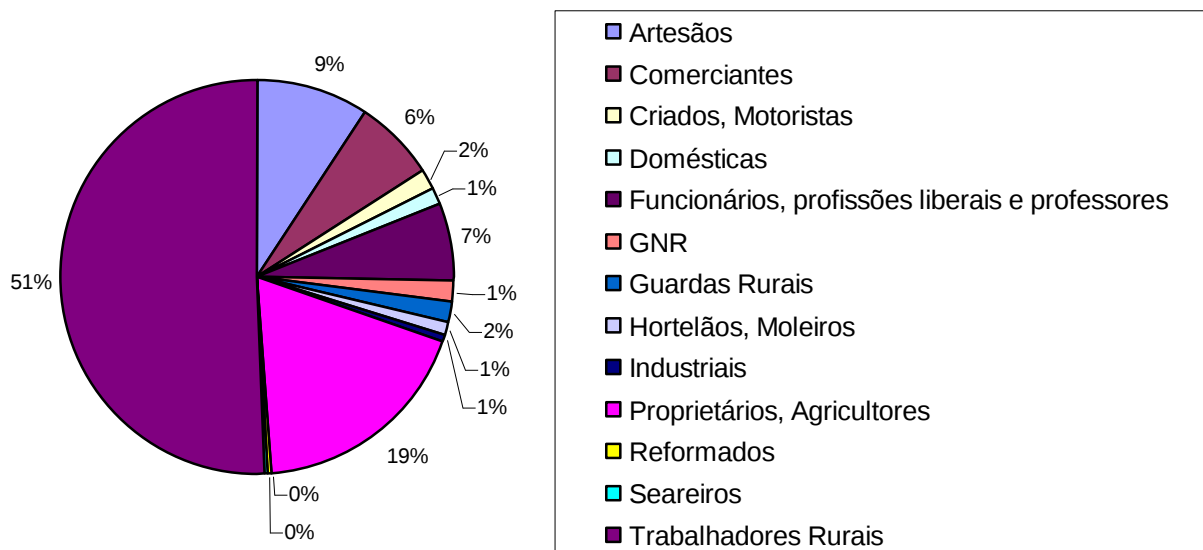


Quadro VII – Recenseamento eleitoral de 1941

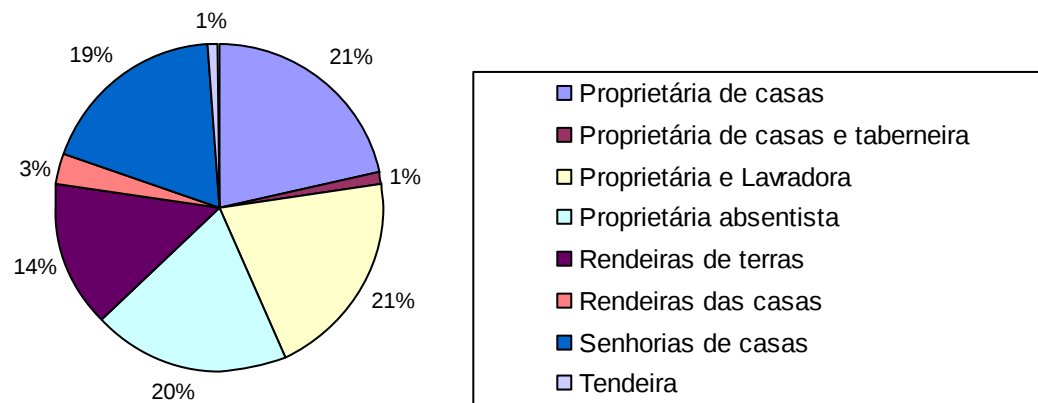


Quadro VIII – Recenseamento eleitoral de 1964

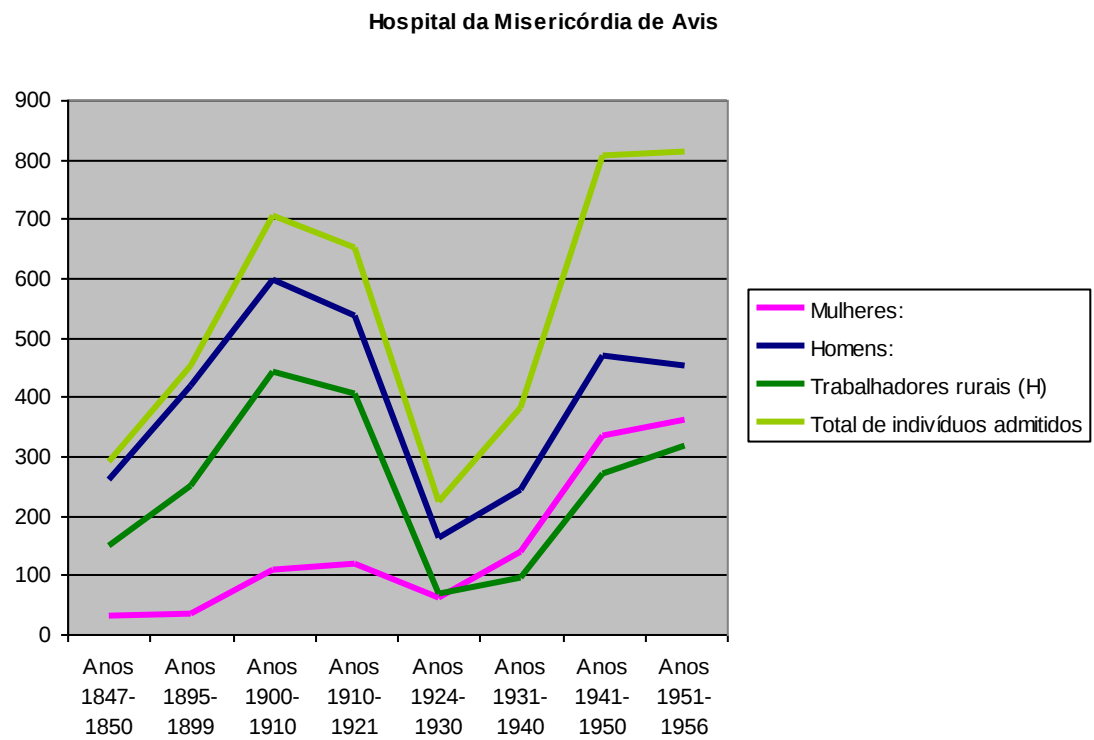
Recenseamento eleitoral de Avis, 1964



Quadro IX – Mulheres no Livro de Décimas de 1836

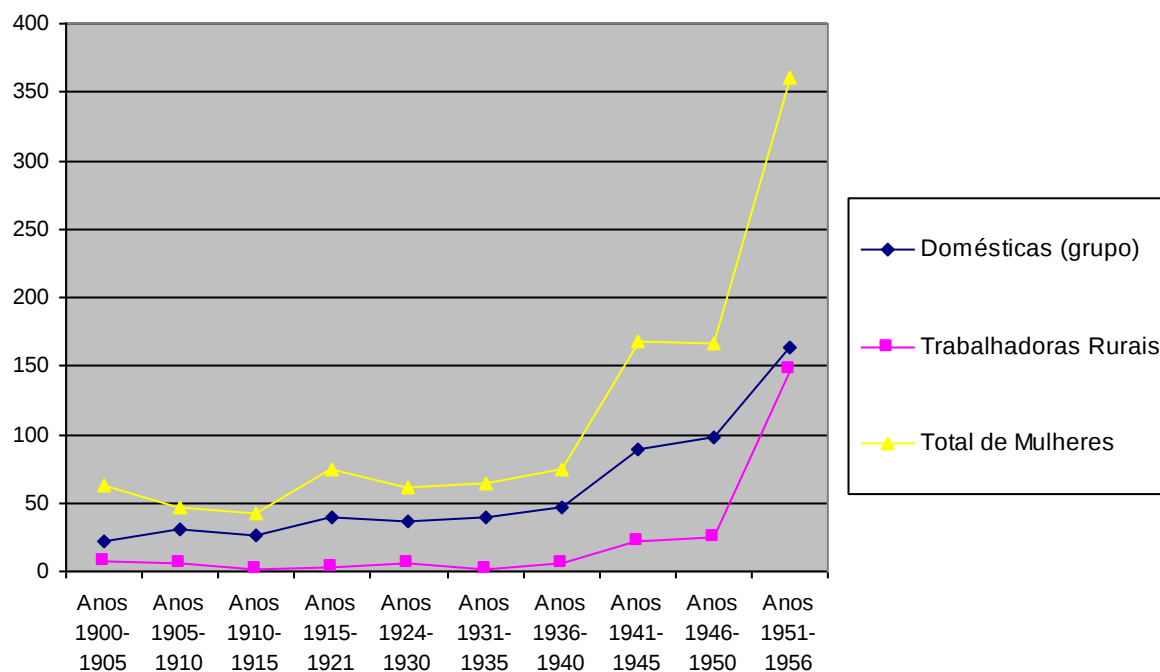


Quadro X – Doentes admitidos ao hospital de Misericórdia de Avis



Quadro XI – As Mulheres no Hospital da Misericórdia, 1847 - 1956

Hospital da Misericórdia de Avis: Domésticas e Jornaleiras



FONTES:

REGISTOS NACIONAIS:

INE:

- *Censo da População de Portugal No 1ª de Dezembro de 1911*, 5º Recenseamento Geral da População, Imprensa Nacional, Lisboa, 1916.
- *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, 7º Recenseamento Geral da População, Imprensa Nacional, Lisboa, 1934.
- *VIII Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes em 12 de Dezembro de 1940*, INE, Lisboa, 1944.
- *Recenseamento Geral da População*, 1960.
- *Estatísticas Agrícolas e Alimentares*, INE, Lisboa, 1968, 1975, 1979.

REGISTOS LOCAIS:

Arquivo da Câmara Municipal de Avis:

- Santa Casa da Misericórdia: Livros de Admissão de Doentes ao Hospital, 1847-1956; fichas de doentes da Misericórdia, 1906 – 1909.
- Livros de Décimas, Avis e seu termo, 1690 – 1836.
- Impostos: Listas de indivíduos do concelho de Avis que prestaram serviço na Câmara Municipal no ano de 1970 “para efeito do Código do Imposto Complementar”.
- Estradas (livro do arrolamento de pessoas para a construção de), 1865 – 1868.
- Livros de actas da comissão de recenseamento e recrutamento dos militares, 1888 – 1926.
- Livros do recenseamento eleitoral, 1836 – 1960.

Arquivo da Câmara Municipal de Arraiolos:

- Posturas de regulamentos: Regimento dos Singeleiros ou Sinjaleiros, 1756.
- Impostos: Sisas, Décima e 4,5%, desde 1643 até 1842; Imposto dos criados e bestas, 1804-1834; Contribuição Municipal.

Arquivo da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

- Livros da Décima militar, 1699 – 1701.
- Recenseamento eleitoral, 1834 – 1958.

Arquivo Distrital de Portalegre:

- Registos Paroquiais do concelho de Avis, 1567 – 1895.

Arquivos privados:

- Arquivos de Casas Agrícolas no Concelho de Avis:
 - Monte Padrão, da família Carvalho, freg. de Figueira e Barros

- ❑ Contabilidade de Manuel Lopes Azevedo, rendeiro da herdade da Fonte Ferreira, propriedade da família Braga, entre 1915 e 1919.
- Casa do Barão de Almeirim, arquivo depositado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: Livro de *Registo de Criados de Lavoura*. Registo nº 1 de Criados de lavoura 1918 a 1923 e nº 2 de 1924 a 1932.
- Lavoura de José Maria dos Santos, Documentos de Despesa da Lavoura da Palma, arquivo depositado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa 1872 – 1910.

BIBLIOGRAFIA:

ALMEIDA, Maria Antónia F. Pires de – *Elites Sociais Locais Alentejanas: Continuidade e Mudança. Avis 1886 – 1941*, tese de dissertação para obtenção do título de Mestre, ISCTE, Lisboa, 1997.

IDEM – *Família e Poder no Alentejo. Elites de Avis – 1886-1941*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

IDEM – “Elites políticas alentejanas: continuidade e mudança no concelho de Avis nos finais do século XIX e 1ª metade do século XX”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996, pp. 189 – 240.

BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, volume VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999.

BARRETO, José – “Jorge Coutinho e «O despertar dos trabalhadores rurais» (1911)”, in *Análise Social*, vol. XX (83), 1984, pp. 523 – 540.

BRAGA, Theophilo – *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições*, 2 vols., Livraria Ferreira – Editora, Lisboa, 1885.

BRITO, Joaquim Pais e BAPTISTA, Fernando Oliveira (coords.) – *O voo do arado*, Museu Nacional de Etnologia, Lisboa, 1996.

CUTILEIRO, José - *Ricos e Pobres no Alentejo (Uma Sociedade Rural Portuguesa)*, 1ª edição portuguesa, Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1977.

Dicionário Portátil das Palavras, Termos e Frases, que em Portugal Antigamente se usarão e que hoje regularmente se ignorão, Real Imprensa da Universidade, Coimbra, 1825.

Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, Editorial Verbo, Lisboa, 1973.

ESPANCA, Túlio – *Inventário dos Antigos Arquivos da Câmara e do Real Celeiro Comum de Évora*.

IDEM – *Inventário do Primitivo Cartulário da Camara de Évora*.

FAUSTINO, Carla Sofia A. – *A Elite Política de Arraiolos, 1890-1918*, Dissertação de Mestrado em História Social e Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997.

IDEM – “A elite política de Arraiolos (1890-1918)”, in MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996, pp. 293 – 381.

FIGUEIREDO, Candido – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 4ª ed., 2 vols., Sociedade Editora Arthur Brandão & Cª., Lisboa, 1925.

FONSECA, Hélder - *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1996.

FONSECA, Jorge – “Uma Vila Alentejana no «Antigo Regime» – Aspectos Sócio-económicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 4, 1986, pp. 119 – 207.

IDEM – “Um Nobre alentejano do século XVIII e a sua casa – o inventário de Valentim Lobo da Silveira”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 8, 1990, pp. 227 – 261.

IDEM – “Um Lavrador Setecentista Alentejano e o seu livro de «Memórias»”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 127 – 151.

IDEM – “Manuel Caetano Pratas, Negociante, «Homem da Governança» e Fidalgo Aprendiz”, in *Almensor*, Revista de Cultura, Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, nº 13, 1995 – 1996, pp. 153 – 174.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Ed. Enciclopédia, Lda, Lisboa, Rio de Janeiro, s.d.

GOMES, Mário de Azevedo; BARROS, Henrique e CALDAS, Eugénio de Castro – “Traços Principais da Evolução da Agricultura Portuguesa entre as Duas Guerras Mundiais”, in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1945, pp. 21 – 203.

MARQUES, A. H. Oliveira - *Guia de História da 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1981.

IDEM – *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Editorial Estampa, Lisboa, 1988.

MARTINS, Conceição Andrade – “Opções económicas e influência política de uma família burguesa oitocentista: o caso de São Romão e José Maria dos Santos”, in *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, pp. 367 – 404.

IDEM – “Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)”, in *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997, pp. 483 – 535.

Mercês de D. Teodósio II, 1583 – 1630, Índices, Vol. II, Biblioteca e Arquivos do Paço Ducal de Vila Viçosa.

Mercês de D. Teodósio II, Duque de Bragança, Fundação Casa de Bragança, Lisboa, 1967.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – “Concelhos e comunidades”, in MATTOSO, José (dir.) - *História de Portugal*, volume 4º, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, pp. 303 - 331.

IDEM – “Os Poderes Locais no Antigo Regime”, in OLIVEIRA, César (dir.) – *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996, pp. 16 – 175.

IDEM (coord.) – *Estudos Autárquicos*, Boletim do Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra, Ano IV, nº 6 e 7, 1º e 2º Semestres de 1996.

OLIVEIRA, César (dir.) - *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, Lisboa, 1996.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando e PEREIRA, Benjamim – *Alfaia agrícola portuguesa*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1995.

PALLA, Maria Antónia – “Aborto”, in BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coords.) – *Dicionário de História de Portugal – Suplemento A/E*, volume VII, Livraria Figueirinhas, Porto, 1999, pp. 20 – 21.

PALMA, Rui de Sousa – *Rol de Cargos e Profissões da Misericórdia e Hospital de Jesus Cristo de Santarém*, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1987.

IDEM – *Inventário do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Peniche*. Arquivo Distrital de Montemor-o-Novo.

PICÃO, José da Silva – *Através dos Campos. Usos e costumes agrícola-alentejanos (concelho de Elvas)*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983 (edição original de 1903, reeditada em 1947).

RAMOS, Francisco Martins – *Os Proprietários da Sombra. Vila Velha Revisitada*, Universidade Aberta, Lisboa, 1997.

SARAIVA, Maria Teresa – *Figueira. Comenda da Ordem de Avis – Publicação de Fontes*, Edições Colibri, Lisboa, 1997.

Senhores da Terra. Diário de um Agricultor Alentejano (1832 – 1889), estudo e selecção de Ana Cardoso de Matos, M. C. Andrade Martins e M. L. Betencourt; prefácio de Jaime Reis, Temas Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, 1982.

SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols., Livraria Figueirinhas, Porto, 1981.

SILBERT, Albert – *Le Portugal Méditerranéen à la fin de l'Ancien Régime, XVIIIe - début du XIXe siècle: contribution à l'Histoire Agraire Comparée*, S.E.U.P.E.N., Paris, 1966.

SILVA, D. A. Tavares da – *Esbôço dum Vocabolário Agrícola Regional*, Lisboa, 1944. Cota na BN: L 15025 V. É um dicionário que indica a região de origem de cada vocábulo. Cita o José da Silva Picão.

SIMÕES, Jacinta Maria da Conceição – *Uma Freguesia Rural do Baixo-Alentejo: a aldeia de Brinches entre 1838 e 1870. Aspectos demográficos e sócio-económicos*, tese de dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea, ISCTE, Lisboa, 1997.

TORRINHA, Francisco – *Dicionário Português-Latino*, Domingos Barreira Editor, Porto, 1939.

VASCONCELOS, J. Leite de – *Etnografia Portuguesa. Tentame de Sistematização*, 2ª ed. (1ª ed. em 1933), 9 vols., Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1980.

IDEM – Boletim de Etnografia, Publicação do Museu Etnológico Português, Imprensa Nacional, Lisboa, 1920.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa de – *Elucidario das palavras, termos, e frases, que em Portugal antiguamente se usáram...* / por Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo. - Lisboa: na Officina de Simao Thaddeo Ferreira, 1798-1799.

Fontes Literárias:

FONSECA, Manuel da – *O Fogo e as Cinzas*, 9ª ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1981.

IDEM – Seara de Vento (1958), 15ª Ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1991.

IDEM – Cerromaior (1943), 7ª Ed., Editorial Caminho, Lisboa, 1997.

GAGEIRO, Eduardo e TORGA, Miguel – *Alentejo, Relógio de Sol*, s. e., Lisboa, 1988.

NAMORA, Fernando – *Retalhos da vida de um médico*, 2 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 1996 (1ª ed.: vol. 1 de 1949 e vol. 2 de 1963).

SARAMAGO, José – *Levantado do Chão*, Editorial Caminho, 9ª ed., Lisboa, 1991.

TELES, Noel (Dr. Manuel Teles de Carvalho) – *Cartas do Ermo*, Livraria Portugália, Lisboa, 1940.

IDEM – Lua Santa (novelas), Tipografia Silvas, Lisboa, 1942.

IDEM – Terra Campa, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947.